

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v19i34.996>

HISTÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA: a guerra ameríndia nos livros didáticos aprovados pelo PNLD 2017^{1,2}

HISTORY AND TEACHING OF INDIGENOUS HISTORY: the Amerindian war in textbooks approved by the PNLD 2017

MEMORIAS Y ENSEÑANZAS DE LA HISTORIA INDÍGENA: la guerra indígena en los libros didáticos aprobados por el PNLD 2017

LÍGIO DE OLIVEIRA MAIA

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9683-1965>

Doutor em História pela UFF

Professor Permanente dos Programas de Pós-Graduação História e Espaços e Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Líder do Grupo de Pesquisa

Formação dos Espaços coloniais (UFRN/CNPq)

Natal/Rio Grande do Norte/Brasil

ligiomaia@yahoo.com.br

Resumo: O artigo objetiva avaliar as coleções de livros didáticos de História aprovadas para os professores e alunos dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ano ao 9º ano), no Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2017, analisando de maneira detida, como o importante dispositivo social da guerra ameríndia é apresentado e representado nestes suportes didáticos e pedagógicos. Para tanto, foi feita uma análise da temática da guerra ameríndia e toda forma de combate entre índios e não índios ao longo da história do Brasil. Verificou-se que a temática concentra-se nos volumes de 7º e 8º anos, mas sem a perspectiva que se espera de uma linguagem escolar dessa importante temática da história indígena impedindo uma reflexão adequada do amplo significado da guerra, por exemplo, dos rituais de antropofagia, constituição das chefias e formas de parentesco.

Palavras-chave: PNLD. Livro didático de História. Ensino de história indígena.

Abstract: The article aims to evaluate the collections of History textbooks approved for teachers and students in the final years of Elementary School (6th to 9th year), in the National Textbook Program - PNLD 2017, analyzing in a detailed way how the important device of the Amerindian war is presented and represented in these didactic and pedagogical supports. For that, we conducted an analysis on the theme of the Amerindian war and all forms of combat between Indians and non-Indians throughout the history of Brazil. We found that the theme is concentrated in the 7th and 8th grade volumes, but without the perspective to be expected from a school language of this important theme of indigenous history, hindering an adequate reflection of the broad meaning of war, for example, of the rituals of anthropophagy, constitution of chiefs and forms of kinship.

Keywords: PNLD. History textbook. Teaching of indigenous history.

Resumen: El artículo tiene como objetivo evaluar el acervo de los libros didáticos de Historia del Programa Nacional de Libros Didáticos - PNLD 2017, aprobados para profesores y estudiantes que se encuentran en los últimos cuatro años del año escolar. Se analiza de manera detallada como es presentado y representado todo el acopio sobre la guerra indígena en las plataformas didácticas y pedagógicas. Para ello, se hizo un análisis del tema y todas las formas de combate entre indios y no

¹ Artigo submetido à avaliação em janeiro de 2022 e aprovado para publicação em junho de 2022.

² Este artigo é resultado de um projeto de pesquisa (2018-2019) financiado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Agradeço a colaboração de Aurélio Terayama, então bolsista de iniciação à pesquisa.

índios a lo largo de la historia brasileña. Se verificó que el tema se localiza en los tomos estudiados en el 2do y 3er grado, pero sin la perspectiva que se espera desde un lenguaje escolar, que resalte la relevancia de la historia indígena, impidiendo una adecuada reflexión del sentido amplio de la guerra, por ejemplo, de rituales de antropofagia, constitución de caciques y formas de parentesco.

Palabras clave: PNLD. Libro didáctico de historia. Enseñanza de la historia indígena.

Introdução

A relação entre a disciplina de História e o ensino de História no espaço escolar tem passado por transformações importantes nos últimos anos no Brasil, exigindo dos professores/historiadores uma reflexão histórica de suas práticas pedagógicas. Em boa medida, isso é resultado de uma ampla discussão acerca das políticas públicas para a educação em seus diferentes níveis. Entre as várias políticas da educação, insere-se neste contexto, o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, instituído através do decreto nº 91.542/1985. Nesse dispositivo legal, propõe-se, entre outras prerrogativas, a maior participação dos professores na análise e na indicação dos livros a serem adquiridos pelo governo federal. Na década de 1990, começam a ser projetados mecanismos de avaliação dos livros didáticos e a se colocarem em cena discussões sobre a qualidade desses suportes pedagógicos, resultando em editais para balizarem a avaliação pedagógica e a preocupação crescente com a supressão de erros, anacronismos, simplificações e estereótipos.

Por outro lado, desde a Lei nº 11.645/2008 que modificou o Art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, tornando obrigatório o ensino da história e cultura indígena em todos os estabelecimentos públicos e privados da Educação Básica, no Brasil, outros desafios e possibilidades foram se configurando (SILVA, 2012). Com isso, novas políticas foram e estão sendo formuladas para o cumprimento desse dispositivo legal, por exemplo, a inclusão desses preceitos nos seguidos editais de avaliação no PNLD, do Ministério da Educação – MEC. Todas essas conquistas são frutos diretos dos movimentos indígenas, apoiadores indigenistas e intelectuais que, antes mesmo da Constituição de 1988, estavam engajados numa luta mais ampla de garantia de direitos.

Hoje, a partir de uma produção acadêmica consolidada em que os índios não mais são vistos como meros agentes passivos, mas como protagonistas indispensáveis de sua própria história (ALMEIDA, 2010), há também uma inequívoca produção de diferentes especialistas que vêm se dedicando às múltiplas facetas dessa relação entre história indígena e educação: desde o *Ensino (d)e História indígena* (WITTMANN, 2015) e a história indígena em espaços educacionais (BERGAMASCHI, 2008) até à maneira como os próprios povos

indígenas estão discutindo essas questões (BANIWA, 2006), passando pela cultura escolar e pelas políticas “culturais” do Estado brasileiro (CUNHA; CESARINO, 2016).

O objetivo deste artigo é avaliar as coleções de livros didáticos de História aprovadas aos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ano ao 9º ano), no PNLD 2017, analisando de maneira detida, como os povos indígenas são apresentados e representados nestes suportes didáticos e pedagógicos. Não há dúvida que se trata de uma operação historiográfica, provocativo enunciado cerтеаuniano, combinação a ligar o “lugar social”, as “práticas” ditas científicas e a elaboração de sua “escrita” (CERTEAU, 2002, p. 66). Verificou-se que a temática da guerra ameríndia se concentrava nos volumes de 7º e 8º anos, mas sem a perspectiva que se espera de uma linguagem escolar dessa importante temática da história indígena. Logo, buscou-se avaliar em que medida os seus autores e as suas editoras instrumentalizaram as atuais renovações historiográficas quanto à temática da guerra ameríndia na história dos povos indígenas no Brasil.

Vale enfatizar que a escolha dessa temática está diretamente ligada à relevância da guerra ameríndia na História e Etnologia indígenas, revelando elementos imprescindíveis da formação sociocultural dessas sociedades em distintas partes da América³. Sem mencionar a quase ausência de reflexões, no âmbito do ensino, dessa importante dimensão da história indígena.

Metodologia, políticas de Estado e critérios de exclusão

Procurou-se, aqui, a elaboração sistemática de uma Análise do Conteúdo, cujo procedimento consistiu na análise prévia do material, com a sua exploração exaustiva, tratamento dos seus resultados e interpretação reflexiva com a temática proposta (CAIME; MISTURA, 2021). Para tanto, a metodologia aplicada à análise das coleções de livros didáticos de História aprovadas no PNLD, em 2017, quanto à temática da guerra ameríndia, tem como um dos diversos parâmetros o próprio edital de abertura dessas avaliações. De acordo com ele, o ensino de História em uma perspectiva contemporânea “[...] norteia-se por pressupostos éticos, estéticos e culturais comprometidos com a formação de estudantes para a vivência social marcada pela partilha, pela participação, pelo respeito à diferença e pela

³ Dada à natureza deste artigo, parece-me inoportuno desenvolver aqui essa complexa discussão, entretanto, apresenta-se vários desses elementos ao longo do texto, em momentos oportunos. Cf. Fernandes (1949, 1952), Cunha e Viveiros de Castro (1985), Whitehead (1990), Fausto (1999), Clastres (2004) e Boccara (2007).

responsabilidade para com as gerações futuras”⁴. Em outras palavras, o ensino de História deve estar conectado às demandas do presente, no caso em questão deste trabalho, com o respeito à diferença dos povos indígenas em sua total possibilidade de reprodução física e cultural, promovendo o respeito ao diferente e as outras culturas na formação do Brasil, de ontem e de hoje (SOUZA; WITTMANN, 2016).

Mesmo discutindo questões ligadas à guerra ameríndia e às suas múltiplas formas de combate e embate entre índios e não índios é fundamental trazer essa discussão às demandas do presente. A guerra ameríndia foi uma realidade da experiência indígena do período colonial da história do Brasil. Trazer essa realidade para o presente significa auxiliar o discente na compreensão do amplo significado da guerra, promovendo a interculturalidade e a intersubjetividade de grupos humanos diversos, mais do que a mera junção de informações episódicas e de eventos isolados, uma vez que se “[...] pressupõe que o livro didático seja estruturado de modo a garantir a abordagem de temas, problemas e situações significativas para estudantes brasileiros em diferentes realidades escolares”; atentando para “[...] abordagens renovadas, inclusivas e à luz das temáticas atuais do pensamento histórico”⁵.

Os paradigmas construídos pela “nova” história indígena há mais de trinta anos, no Brasil, trazem como elementos norteadores para o ensino a riqueza das diferenças socioculturais na formação da história do Brasil, não apenas enquanto um capítulo ou apêndice de sua narrativa unívoca, mas a partir de outras histórias até então silenciadas e/ou invisibilizadas, enfim, promovendo a ênfase na agência (*agency*) desses homens e mulheres em suas respectivas experiências, em contextos e processos históricos específicos (THOMPSON, 2001). Por outro lado, o silêncio construído por uma historiografia do passado, que não considerava o protagonismo indígena, tratando-os quase sempre como atores coadjuvantes fora do palco da história (ALMEIDA, 2010), desconsiderando as suas atuais demandas sociais e de diferenciação étnica frente ao Estado brasileiro, já não servem para a superação de desigualdades históricas e a crescente ampliação das demandas atuais do ensino.

É importante destacar que as coleções aprovadas, ainda que possam ter limites ou eventuais restrições em um ou outro item, foram obras consideradas como propícias ao desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade. No processo de avaliação são obras que passaram por todos os quesitos gerais de exclusão, como, por exemplo, o respeito a

⁴ BRASIL. Ministério da Educação. *Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2017*, p. 58. Disponível em: file:///D:/Downloads/pnld_2017_edital_consolidado_10062015.pdf. Acesso em: 30 jun. 2018.

⁵ BRASIL. Ministério da Educação. *Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2017*, p. 58. Disponível em: file:///D:/Downloads/pnld_2017_edital_consolidado_10062015.pdf. Acesso em: 30 jun. 2018.

toda legislação básica que orienta o funcionamento do ensino fundamental no Brasil, leis específicas, tais como a Lei nº 11.645/2008, resoluções do Conselho Nacional de Educação e Estatuto da Criança e Adolescente⁶.

Alguns princípios éticos também foram observados como critérios de exclusão. Com destaque para obras que “[...] veicularem estereótipos e preconceitos de condição social, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade ou de linguagem, religiosa, condição de deficiência”; assim como “[...] qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos humanos”; atentando para a abordagem “[...] da temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando à construção de uma sociedade antirracista, solidária, justa e igualitária”⁷. Vale mencionar que a guerra ameríndia é parte constitutiva da História Indígena e, nesse sentido, o tratamento de suas estratégias e de seus elementos culturais, que envolviam a prática da guerra, deve ser abordado para a compreensão da História brasileira.

Por outro lado, as obras também não poderiam conter erros ou desatualizações graves que impliquem prejuízos ao aprendizado e, sobretudo, ao desenvolvimento do pensamento histórico. Desse modo, não foram admissíveis erros conceituais, de informação, de procedimentos, anacronismos e leituras voluntaristas do passado⁸.

Dito de outro modo, o resultado a partir do edital é uma operação historiográfica, pois na relação entre o discurso histórico possível e as então demandas sociais não apenas apreciáveis, mas exigidas, são o “[...] produto de um lugar” (CERTEAU, 2002, p. 73).

A partir desses pressupostos é que a análise das coleções foi realizada. Identificando e sistematizando em fichas de avaliação (Cf. Anexo) elementos históricos e pedagógicos sobre a guerra ameríndia em cada uma das coleções do PNLD 2017, promovendo um diálogo da bibliografia atual sobre a relação entre história enquanto disciplina e o ensino de história em sala de aula através do livro didático, assim como uma análise dos dados de forma qualitativa, destacando a categorização, descrição e interpretação das mensagens e informações contidas nesses suportes didáticos. Para tanto, a temática da

⁶ BRASIL. Ministério da Educação. *Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2017*. Disponível em: file:///D:/Downloads/pnld_2017_edital_consolidado_10062015.pdf. Acesso em: 30 jun. 2018.

⁷ BRASIL. Ministério da Educação. *Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2017*, p. 40 e 42. Disponível em: file:///D:/Downloads/pnld_2017_edital_consolidado_10062015.pdf. Acesso em: 30 jun. 2018.

⁸ BRASIL. Ministério da Educação. *Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2017*. Disponível em: file:///D:/Downloads/pnld_2017_edital_consolidado_10062015.pdf. Acesso em: 30 jun. 2018.

guerra ameríndia foi desdobrada nas seguintes categorias: Guerra indígena, Antropofagia/Canibalismo, Iconografia, Vingança, Rituais e Parentesco.

Coleções de Livros Didáticos de História – PNLD 2017

Ao todo, 14 coleções foram aprovadas no PNLD 2017. Os livros didáticos analisados, nesta pesquisa, estão disponibilizados em formato digital no Memorial do PNLD sediado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Porém, durante o processo de solicitação desse material, em agosto de 2018, parte destas coleções não estava digitalizada, pois o Memorial do PNLD passava por um processo de transferência de espaço físico de modo a viabilizar o trabalho de recepção, organização, desmonte, higienização e digitalização final dos mais de 37 mil livros impressos e recebidos do MEC⁹. Dessa forma, durante a pesquisa teve-se acesso a apenas 18 livros (32%) em formato digital dos 56 analisados; o acesso ao restante das coleções se deu através da rede estadual de ensino do estado do Rio Grande do Norte, após visitas realizadas em várias escolas na cidade do Natal (RN).

Em seguida, a sistematização dos livros das coleções de História e finalizada a análise de conteúdo através das fichas de avaliação, o primeiro aspecto foi saber como essas coleções foram organizadas, isto é, em que proporção os livros didáticos foram pautados por metodologias temáticas ou cronológicas. Observou-se que, no PNLD 2017, todas as coleções foram organizadas de forma cronológica. Essa situação pode ser compreendida a partir de difusas possibilidades: uma tradição historiográfica fortemente calcada numa perspectiva temporal cronológica e linear; nas concepções historiográficas e pedagógicas vigentes na organização dos cursos de licenciatura e nas práticas de formação de professores de história; a fraca adesão dos professores a propostas curriculares que se distanciem de seus saberes pedagógicos e disciplinares já consolidados; e, finalmente, a renúncia deliberada das editoras em inscrever coleções que pudessem manifestar fraco desempenho nas vendas.

Dessa forma, as coleções ignoram a possibilidade de um trabalho docente mais propositivo quanto à dimensão necessária de seus conteúdos e uma reflexão sistêmica em torno da História indígena, tanto do presente quanto do passado, optando por uma abordagem

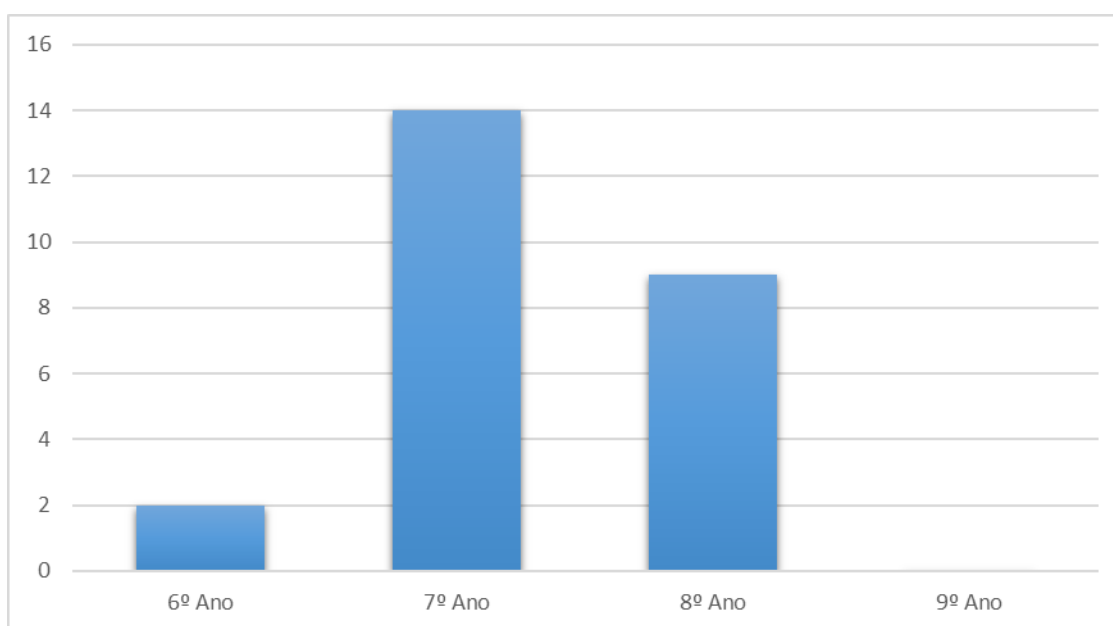
⁹ O projeto envolveu a Coordenação Geral de Materiais Didáticos da Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC, junto com o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação - FNDE, órgãos responsáveis pela execução do PNLD. Em 2010, a UFRN – através do Departamento de História (CCHLA/Natal) - foi escolhida pelo MEC para ser a depositária do Memorial do PNLD. O acervo compreende as coleções aprovadas pelo PNLD (1997-2018), além dos livros do Programa Nacional Biblioteca na Escola - PNBE (2005-2015) e Programa Nacional Biblioteca do Professor - PNBEP (2012-2014). Além dos docentes envolvidos, a equipe contou com dezenas de bolsistas, discentes de graduação e pós-graduação na realização dos trabalhos. Disponível em: <https://cchla.ufrn.br/pnld/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

de “toda a história” de modo superficial, descritivo e canônico, de modo desfavorável ao enfrentamento de uma historiografia factual, na qual os indígenas são apontados, quase sempre, como meros figurantes ou massas inertes e/ou amorfas. Dessa forma, essa abordagem metodológica de organização cronológica, reflete-se diretamente na forma como a guerra ameríndia – ou as suas múltiplas dimensões de combate entre índios e não índios – é apresentada nos livros didáticos analisados.

Compreendendo o tema da guerra ameríndia como uma das dimensões da temática indígena em geral, esse aspecto da visibilidade indígena na história do Brasil torna-se ainda mais frágil na forma como ela é abordada ao longo das coleções. Uma vez que, segundo o próprio guia do PNLD 2017, “[...] o tratamento da temática indígena ainda se coloca como o componente mais frágil no conjunto das obras didáticas aprovadas no PNLD”¹⁰, logo, merecendo maior grau de investimento teórico e metodológico por parte de autores, editoras e de professores na reflexão histórica dessas coleções.

O segundo dado analisado a partir das fichas de avaliação diz respeito à proporcionalidade de livros didáticos que abordam a categoria da guerra ameríndia. Observamos que, dos 56 livros didáticos aprovados pelo PNLD 2017, apenas 26 volumes fazem menção a qualquer dos aspectos da guerra ameríndia, ou seja, apenas 47% dos livros analisados abordam, de maneira aprofundada ou nem tanto, a temática.

Gráfico 1: Livros didáticos que abordam a guerra ameríndia – PNLD 2017



Fonte: Elaborado pelo autor a partir das coleções mencionadas.

¹⁰ BRASIL. Ministério da Educação. *PNLD 2017: História - ensino fundamental anos finais*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2016. p. 33.

Essa forma de organização em que as ausências estão dispostas, possivelmente se explica pela organização cronológica das coleções analisadas, uma vez que, mesmo havendo uma variação na divisão das suas unidades e capítulos, ao longo dos volumes de cada coleção, é possível constatar que ministram basicamente o mesmo conteúdo entre as divisões de seus respectivos volumes.

Coleções de História - 6º ano

Somente duas coleções apresentam algum conteúdo da guerra ameríndia nos volumes de 6º ano: *História, sociedade e cidadania* e *Projeto Mosaico*, como pode ser observado na tabela abaixo, sendo (-) para a categoria “ausente” e (*) para a categoria “presente”:

Tabela 1: Coleções de História - 6º ano

Categoria/ Coleção	Guerra indígena	Antropofagia/ Canibalismo	Iconografia	Vingança	Rituais	Parentesco
Projeto Araribá	-	-	-	-	-	-
Projeto Teláris	-	-	-	-	-	-
História para o nosso tempo	-	-	-	-	-	-
História.do c.	-	-	-	-	-	-
História, sociedade e cidadania	-	-	-	-	-	*
Estudar História	-	-	-	-	-	-
História nos dias de hoje	-	-	-	-	-	-
Integralis	-	-	-	-	-	-
Historiar	-	-	-	-	-	-
Vontade de saber	-	-	-	-	-	-
Projeto Apoema	-	-	-	-	-	-
Piatã	-	-	-	-	-	-
Projeto Mosaico	*	*	*	*	*	*
Jornadas hist.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborada pelo autor a partir das coleções mencionadas.

Ao se analisar a forma como essas categorias se apresentam nessas duas coleções nos volumes de 6º ano, observa-se, porém, que a temática da guerra ameríndia se apresenta de forma fugaz em ambas as coleções. Na coleção *História, sociedade e cidadania*, a única categoria mencionada é o “parentesco” no capítulo 5 – “Os indígenas: diferenças e semelhanças”; no tópico sobre a divisão social do trabalho a discussão apresentada é por sexo e idade, citando as tarefas femininas (plantar, acompanhar o crescimento da lavoura e colher; coletar frutos como a castanha e o pinhão; transportar produtos; produzir farinha; tecer redes, fazer cestos, vasos, objetos usados em rituais e festas; preparar alimentos e cuidar das crianças) e masculinas (derrubar a mata e preparar a terra para o plantio; construir armas de guerra, canoas e moradias; cuidar da segurança do grupo; caçar e pescar)¹¹. Sem, contudo, contextualizar historicamente quais grupos indígenas possuíam essa forma de divisão de tarefas e/ou em quê momento histórico e espaços se refere o autor. Logo, desconsiderando-se as diferentes experiências dessas formações étnicas, tratando de forma genérica a divisão social do trabalho dos mais diversos grupos indígenas no Brasil (BANIWA, 2006).

Na coleção *Projeto Mosaico*, a atenção à temática da guerra ameríndia se faz presente no capítulo 4 – “povos indígenas do Brasil”, no tópico “Rituais e Organização social”. Todas as categorias elencadas (na tabela 1) são apresentadas, entretanto, no caso da antropofagia/canibalismo, de forma breve, não especifica claramente as suas diferenças conceituais, discorrendo sobre a perspectiva dos europeus nos seguintes termos: “Esse costume, conhecido como antropofagia ou canibalismo, causou espanto nos colonizadores europeus, foi reprimido e gradualmente deixou de ser praticado”¹². Junto a esse tópico e se reforçando apenas a perspectiva europeia, é apresentada a reprodução de uma ilustração de Theodore de Bry (1528-1598) – que, aliás, nunca estivera no Brasil! -, sobre o ritual antropofágico relatado pelo arcabuzeiro alemão Hans Staden em sua obra, *Dois Viagens ao Brasil*, de 1557, reforçando o estereótipo do indígena enquanto o Outro exótico despossuído de qualquer significado social interior ou exterior de suas práticas guerreiras e da vingança, elementos imprescindíveis na sua formação social mais ampla (CUNHA; VIVEIROS DE CASTRO, 1985; FAUSTO, 1999); logo, perdendo-se, assim, a oportunidade de refletir sobre as diferenças em toda a sua complexidade.

¹¹ BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História, sociedade e cidadania*. 3. ed. São Paulo: FTD, 2015. p. 97-98.

¹² VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, Bruno. *Projeto Mosaico: História*. São Paulo: Editora Scipione, 2015. p. 61.

Coleções de História - 7º ano

Ao se analisar os volumes de 7º ano, percebe-se que todos eles concentram algum aspecto da guerra ameríndia, uma vez que, nesse ano de ensino, abordam-se os assuntos sobre a América pré-colombiana, os primeiros contatos entre indígenas e europeus, a colonização portuguesa na América, os franceses e os holandeses no Brasil e, de modo geral, o período colonial da História do Brasil; porém, a temática da guerra ameríndia aparece de forma subordinada aos assuntos principais, abordados nos capítulos, quando, então, algumas páginas tratam da temática indígena, em geral.

Tabela 2: Coleções de História - 7º ano

Categoria/ Livros	Guerra indígena	Antropofagia/ Canibalismo	Iconografi a	Vingança	Rituais	Parentesco
Projeto Araribá	*	*	*	*	*	*
Projeto Teláris	*	*	*	-	-	*
História para o nosso tempo	*	*	*	*	*	*
História.do c.	*	*	*	*	*	*
História, sociedade e cidadania	*	*	*	*	-	*
Estudar História	*	*	*	*	*	*
História nos dias de hoje	*	*	*	*	*	*
Integralis	*	*	*	*	*	*
Historiar	*	*	-	-	*	*
Vontade de saber	-	*	*	-	*	-
Projeto Apoema	*	*	*	*	*	*
Piatã	-	-	-	-	-	*
Projeto Mosaico	*	-	*	-	-	-
Jornadas hist.	*	*	*	*	*	*

Fonte: Elaborada pelo autor a partir das coleções mencionadas.

Os conteúdos relacionados à guerra ameríndia e seus diferentes aspectos (na tabela 2) se apresentam de forma superficial. Mesmo que na totalidade dos volumes possuam

tópicos ou quadros dedicados de forma exclusiva a abordar as categorias selecionadas na avaliação das fichas, a temática da guerra ameríndia é tratada de forma breve e, geralmente, de forma destacada do texto principal. Essas abordagens não permitem ver muito além da existência dessas práticas guerreiras entre os indígenas e raramente propiciam aos discentes uma reflexão histórica de como se dava e qual era o significado da guerra entre índios e não índios; assim como os rituais de antropofagia e as diferentes formas de organização social desses grupos em torno da prática guerreira, por exemplo, enquanto um importante dispositivo social que engendrava a organização das chefias, as formas de parentesco e as divisões sociais entre os grupos étnicos.

No *Projeto Araribá* todas as categorias são mencionadas ao longo do volume, mas aparecem de forma secundária ao tema principal tratado na unidade que se intitula “As grandes navegações e portugueses na América”. Vale mencionar que essa coleção é uma das poucas que traz para os alunos a instituição da guerra como um valor central dos grupos indígenas, “[...] servindo, principalmente, para vingar parentes mortos pelos inimigos”¹³.

No *Projeto Teláris* não há nenhuma menção a prática da vingança entre os indígenas. Seguindo o padrão das demais coleções, apresenta “boxes” enfatizando a antropofagia como um aspecto cultural importante dos indígenas e a resistência perante a colonização portuguesa, principalmente em seu processo de interiorização ao sertão, mas somente menciona tais eventos não problematizando e aprofundando a temática:

No interior da Bahia, as guerras duraram de 1651 a 1679. Esse confronto ficou conhecido como Guerra do Recôncavo. Entre 1680 e 1720, teve lugar a Guerra do Açu, na qual os colonizadores enfrentavam os nativos que viviam no interior dos atuais estados de Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba¹⁴.

Um ponto de destaque para o volume dessa coleção é um capítulo dedicado de forma exclusiva à temática indígena, intitulado “Os indígenas e o começo da colonização” (cap. 8). Fazendo uso eficiente das noções de temporalidade, parte-se primeiro da situação atual dos indígenas para, só então, problematizar o passado desses povos antes do contato e durante o contato com as distintas frentes de expansão.

No volume *História para nosso tempo* todas as categorias são abordadas. Essa coleção possui uma unidade inteira dedicada ao assunto, “Unidade III: História e Cultura Indígena”, abordando esses povos no início da colonização e, por fim, as lutas e as conquistas

¹³ APOLINÁRIO, Maria. *Projeto Araribá: História*. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2014. p. 172.

¹⁴ AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. *Projeto Teláris: História*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2015. p. 169.

dos povos indígenas na atualidade. No tópico “Rituais de guerras e antropofagia” (BERUTTI, 2015, p. 176), destaca a importância da atividade guerreira para os grupos indígenas tupis:

Entre os traços culturais mais importantes dos povos tupis destacavam-se o hábito de guerrear, o que transformava as batalhas em uma rotina constante [...]. Alguns estudiosos consideram que essas guerras eram motivadas pela disputa de determinados territórios, em especial aqueles com maior abundância de recursos. Para outros, no entanto, a guerra correspondia a uma espécie de ritual, que servia para os mais bravos se destacarem por meio da captura e do sacrifício de seus opositores¹⁵.

Ainda no mesmo tópico, pode-se ler:

O principal fator de incentivo dos conflitos era o sentimento de vingança: para um guerreiro, voltar à aldeia vitorioso, com o inimigo capturado ou morto, era a principal forma de vingar os antepassados que tinham sido vencidos por esse inimigo. Essa razão fazia com [que] as guerras fossem intermináveis, assim como os seus rituais antropofágicos¹⁶.

A coleção *História para nosso tempo* é uma exceção importante no conjunto do material analisado, pois seu tratamento histórico do dispositivo social da vingança é bastante apropriado, de acordo com a historiografia e a etnologia atual (CUNHA; VIVEIROS DE CASTRO, 1985; FAUSTO, 1999). A relevância dessa observação é importante, sobretudo, porque a maior parte das outras coleções aborda o ritual antropofágico como um mero aspecto de viés mágico-religioso da ação marcial indígena para adquirir as virtudes/qualidades dos inimigos mortos e absorvidos no ritual, como se verá adiante.

Em *História.doc*, todas as categorias são apresentadas no capítulo 11, intitulado “A sociedade tupinambá em Pindorama”. O maior diferencial dessa coleção em relação às outras está no fato de abordar as principais lideranças indígenas e seus feitos, com destaque para Cunhambebe, Arariboia, Tibiriçá, Caiubi, Piquerobi, Zorobabé e Piragibe. É também a única coleção que aborda o cauim, enquanto uma bebida produzida à base de mandioca, feita pelas mulheres que mastigavam as raízes pré-cozidas até formar uma pasta reservada para fermentação e uso no ritual antropofágico¹⁷.

No volume *História, sociedade e cidadania*, as categorias “Vingança” e “Rituais antropofágicos” não são abordadas. As demais categorias estão dispostas, de forma dispersa, ao longo do volume, mas se concentram de maneira mais clara no capítulo onze, intitulado “Astecas, Maias, Incas e Tupis”, enfatizando, assim, uma abordagem comparativa dessas

¹⁵ BERUTTI, Flávio. *História para nosso tempo*. Curitiba: Editora Positivo, 2015. p. 176.

¹⁶ BERUTTI, Flávio. *História para nosso tempo*. Curitiba: Editora Positivo, 2015. p. 176.

¹⁷ BUONO, Daniela. *História.doc*. São Paulo: Saraiva Educação, 2015.

“civilizações”¹⁸. Em que pese a importância desse tipo de abordagem, os povos Tupi são tratados de forma bastante breve, pois o capítulo busca destacar os povos indígenas da América hispânica; com isso, acaba por seguir o padrão das demais coleções, ou seja, a temática indígena “brasileira” disposta de forma subordinada ao conteúdo principal do capítulo.

Em *Estudar História: das origens do homem à era digital* todas as categorias são abordadas dentro do capítulo sete, “A América pré-colombiana”. Entretanto, ao abordar as relações sociais não apresenta a organização das formas de casamento, da constituição das chefias e do conselho dos mais velhos nessas sociedades, destacando a organização sexual do trabalho, praticada pelas mulheres e pelos homens¹⁹.

O mesmo padrão é seguido também pela coleção *História nos dias de hoje*, que aborda todas as categorias no capítulo nove, intitulado “O Brasil antes de Cabral”. Destaque para o relato de Jean de Léry sobre o sentimento de vingança, sendo a única coleção a trazer uma citação de fonte direta sobre esse aspecto do ritual antropofágico:

Comi teu pai e matei teus irmãos. Como tantos homens e mulheres tupinambás que nem posso dizer-lhes os nomes. E fiquem certos de que para vingar a minha morte meus irmãos irão comer tantos Tupinambá quanto puderem agarrar²⁰.

No volume da coleção *Integralis*, todas as categorias são abordadas dentro do capítulo intitulado “Os povos nativos”, mais especificamente no tópico “Cultura indígena”, mas que não propicia aos alunos uma discussão aprofundada da temática. Uma amostra dessa dimensão bastante estreita é a maneira como o volume explica o significado da guerra: “As expedições de captura representavam uma espécie de tradição construída para vingar os ancestrais mortos. Devia-se, mesmo, devorar os inimigos – eram os rituais de antropofagia”²¹. A expedição de captura – e as suas distintas apropriações – era apenas um dos vários aspectos envolvendo a guerra ameríndia, cujas mudanças de significado impelidas pelo colonialismo não são sequer mencionadas.

Na coleção *Historiar*, um aspecto que chama a atenção é que o volume não traz nenhuma iconografia referente à temática da guerra ameríndia nem trabalha a dimensão da vingança no ritual antropofágico, explicando aos alunos que:

¹⁸ BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História, sociedade e cidadania*. 3. ed. São Paulo: FTD, 2015.

¹⁹ BRAICK, Patrícia. *Estudar História: das origens do homem à era digital*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

²⁰ CAMPOS, Flávio; CLARO, Regina. *História nos dias de hoje*. 2. ed. São Paulo: Editora Leya, 2015.

²¹ CERQUEIRA, Celia. *Integralis: História*. São Paulo: IBEP, 2015. p. 184.

Ao praticarem a antropofagia ritual, os indígenas acreditavam que assumiam as qualidades do guerreiro sacrificado. Faziam o mesmo com a onça, animal que admiravam e temiam. Isso explica por que eles não comiam animais como o bicho-preguiça, que era lento e indefeso, algo que ninguém deseja ser²².

As demais categorias analisadas também são apresentadas de forma simplificada, todas elas concentradas no quadro “sociedades e culturas” dentro do capítulo 8, “Povos da América”, que trabalha às sociedades indígenas da América hispânica, assunto principal do capítulo. O outro único momento em que a temática da guerra é mencionada é no capítulo intitulado “Holandeses no Brasil” no tópico “Indígenas e mulheres nas batalhas”; apresentando aos alunos a figura de Felipe Camarão nos mesmos moldes convencionais do “herói” nacional, sem o devido contexto histórico das mudanças culturais:

Entre os indígenas que lutaram contra os holandeses estava o potiguar Felipe Camarão. Ele comandou parte do exército na primeira Batalha dos Guararapes, recebendo o título de capitão-mor de todos os indígenas do Brasil. Sua esposa, Clara Felipe Camarão, também era indígena e participou dos combates²³.

Os volumes *Vontade de Saber* e *Piatã*²⁴ são os únicos a não abordarem à guerra ameríndia em todo livro didático referente ao 7º ano. Sendo que, em *Vontade de Saber*, as demais categorias são citadas em uma atividade de abertura do primeiro capítulo do volume, “Construindo a história – Atividade: ‘discutindo a história’”²⁵. Tal atividade solicita aos discentes que expliquem o ritual da antropofagia com base na perspectiva indígena e em seguida com base na perspectiva europeia, a partir de trechos dos livros de Jorge Caldeira (1997, p. 17) e Roberto Gambini (2000, p. 111-112; 116). Nesse caso, parece que a pesquisa suplementar antecederia a discussão principal.

As coleções *Projeto Mosaico* e *Piatã* apresentam uma defasagem quanto à apropriação das categorias elencadas para a pesquisa aqui proposta (Cf. tabela 2) em relação aos demais volumes de 7º ano. Possivelmente, isso se explica pela decisão de seus autores/editores quanto à organização do material, preferindo abordar boa parte desses conteúdos no volume referente ao 6º ano; assim, no volume do 7º ano, a coleção *Projeto Mosaico* traz somente dois quadros no capítulo onze, “A administração na América

²² COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Historiar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Educação, 2015, p. 130.

²³ COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Historiar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Educação, 2015, p. 227.

²⁴ RIBEIRO, Vanise; ANASTACIA, Carla. *Piatã: História*. Curitiba: Editora Positivo, 2015.

²⁵ DIAS, Adriana; GRINBERG, Keila; PELLEGRIN, Marco. *Vontade de saber: História*. 3. ed. São Paulo: FTD, 2015, p. 30.

portuguesa”, intitulados *Conheça mais*²⁶, apresentando aos alunos a confederação dos Tamoios, como a ação de indígenas que se aliaram aos franceses na região do Rio de Janeiro, o que teria dificultado o processo de expulsão dos europeus. Entretanto, apesar do quadro se intitular “Conheça mais – A Confederação dos Tamoio”, o destaque do texto não recai sobre a agência indígena, mas sim, sobre os feitos heroicos de José de Anchieta e Manuel da Nóbrega que “[...] levaram os Tamoios a desfazerem seu acordo com os franceses e a não lutarem contra as forças reais”²⁷. Mas e o interesse dos Tamoios nesse processo? Enfatizando a perspectiva de uma historiografia ligada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, perdeu-se a oportunidade de apresentar aos discentes o contexto histórico ameríndio, mesmo antes da efetiva presença europeia e da ação dos jesuítas (ALMEIDA, 1998).

Por fim, a coleção *Jornadas.hist.* apresenta todas as categorias no capítulo 12, “Povos Americanos” e no capítulo 14, “O Brasil do açúcar”, porém, de forma breve, como pode ser observado na maneira em que a antropofagia e o canibalismo são abordados no quadro “Saiba mais – Rituais dos povos americanos”:

Alguns povos indígenas praticavam o canibalismo em rituais marcados por cantos e danças. Os rituais antropofágicos tinham um forte significado simbólico. Os indígenas acreditavam que, ao comer a carne do inimigo, adquiriam suas qualidades, como a força e a coragem²⁸.

Caudatária de uma perspectiva funcionalista, inaugurada no Brasil por Florestan Fernandes (1963, 2006), as complexas dimensões da antropofagia e da vingança não deveria ser ancorada na mera relação entre um homem morto (o cativo) e um homem seu algoz ou vingador (o captor). Nesse sentido, mais do que a mera reposição de uma morte pela morte e captura de um seu inimigo – tese central em Florestan – tem-se tomado a vingança “[...] como um modo de fabricação do futuro”, pois a “[...] guerra tupinambá é uma técnica da memória, mas uma técnica singular: processo de circulação perpétua da memória entre os grupos inimigos, ela se define, em vários sentidos, como memória dos inimigos” (CUNHA; VIVEIROS DE CASTRO, 1985, p. 205). Assim, tem-se vislumbrado o significado da guerra e, mais especificamente, a extensão do amplo significado da vingança como uma espécie de ação completa na construção do ser Tupinambá.

²⁶ VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, Bruno. *Projeto Mosaico: História*. São Paulo: Editora Scipione, 2015. p. 229.

²⁷ VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, Bruno. *Projeto Mosaico: História*. São Paulo: Editora Scipione, 2015. p. 229.

²⁸ VAZ, Maria Luisa; PANAZZO, Silvia. *Jornadas.hist.: História*. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2015. p. 197.

No volume *Projeto Apoema*, todas as categorias são abordadas, entretanto, a principal distinção em relação às outras coleções deve-se ao fato de trabalhar de maneira mais aprofundada a questão da antropofagia e da guerra entre os indígenas, especialmente inseridas no capítulo quinze, “Os nativos do Brasil”²⁹, sendo um dos melhores capítulos sobre o amplo significado da guerra ameríndia nas coleções analisadas.

Coleções de História - 8º ano

Nos volumes de 8º ano, nove coleções abordam a temática da guerra ameríndia, porém, mais uma vez, essa abordagem é feita de forma secundária, seguindo o mesmo padrão dos demais volumes, inexistindo como assunto principal de quaisquer dos capítulos, como pode ser observado nos títulos em que há alguma menção e/uso das categorias elencadas: “A conquista do sertão”, “Crise e rebelião na colônia”, “Economia e sociedade na América portuguesa”, “O Brasil holandês e os quilombos de Palmares”, “A marcha da colonização na América portuguesa”, “A expansão da América Portuguesa”, “A idade do ouro no Brasil e as revoltas coloniais”, “Início da colonização”, “Terra do açúcar”, “Independência do Brasil”, “Período regencial”, “Os holandeses no Brasil”, “A colonização do interior do Brasil”, “A ocupação do Interior”.

Como pode se observar, em nenhum título dos capítulos a temática indígena é mencionada. E mesmo que nesses capítulos tenham tópicos dedicados exclusivamente a abordar as categorias analisadas nesta pesquisa, quase sempre ela é feita de forma superficial com poucos recursos a estimular a reflexão histórica.

Tabela 3: Coleções de História - 8º ano

Categoria/ Livros	Guerra indígena	Antropofagia/ Canibalismo	Iconografia	Vingança	Rituais	Parentesco
Projeto Araribá	*	-	-	-	-	-
Projeto Teláris	-	-	-	-	-	-
História para o nosso tempo	-	-	*	-	-	-
História.doc	*	-	*	-	-	-
História,	*	-	*	-	-	-

²⁹ MOCELLIN, Renato; CAMARGO, Rosiane. *Projeto Apoema: História*. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2015. p. 234.

sociedade e cidadania						
Estudar História	*	-	*	-	-	-
História nos dias de hoje	*	-	-	-	-	-
Integralis	-	-	*	-	-	-
Historiar	*	-	*	-	-	-
Vontade de saber	-	-	-	-	-	-
Projeto Apoema	*	-	*	-	-	-
Piatã	-	-	-	-	-	-
Projeto Mosaico	-	-	-	-	-	-
Jornadas hist.	*	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborada pelo autor a partir das coleções mencionadas.

Como observado na tabela e a partir das análises realizadas, os volumes que abordam a temática da guerra ameríndia trazem somente alguns tópicos citando a ‘guerra indígena’ e ‘iconografia’, ignorando as demais categorias analisadas, talvez por acreditarem que seja um conteúdo bem trabalhado nos volumes anteriores, o que não foi verificado nesta pesquisa, de maneira geral. De qualquer modo, é importante destacar que algumas coleções, por exemplo, *Projeto Araribá*, *História*, *sociedade e cidadania*, *História nos dias de hoje*, *Estudar História* e *Projeto Apoema* buscaram enfatizar a guerra ameríndia, em contextos históricos específicos, enquanto formas de reação e resistência – ainda que não de sua agência ou ação! – à dominação estrangeira, apresentando aos discentes importantes elementos reflexivos quanto a Guerra dos Bárbaros (1650 e 1720) no processo de ocupação do sertão; a Guerra Guaranítica (1754-1756) como reação ao Tratado de Madri (1750); e o protagonismo dos indígenas Temiminó na expulsão dos franceses da Baía de Guanabara, em 1567.

Coleções de História - 9º ano

Nenhuma coleção nos volumes de 9º ano abordam as categorias analisadas referentes à guerra ameríndia. À escolha de uma perspectiva metodológica na organização dessas coleções, todas elas cronológicas, os volumes de 9º ano concentram assuntos mais próximos do tempo presente, em que raramente a temática indígena é abordada:

Tabela 4: Coleções de História - 9º ano

Categoria/ Livros	Guerra indígena	Antropofagia/ Canibalismo	Iconografi a	Vingança	Rituais	Parentesco
Projeto Araribá	-	-	-	-	-	-
Projeto Teláris	-	-	-	-	-	-
História para o nosso tempo	-	-	-	-	-	-
História.do c.	-	-	-	-	-	-
História, sociedade e cidadania	-	-	-	-	-	-
Estudar História	-	-	-	-	-	-
História nos dias de hoje	-	-	-	-	-	-
Integralis	-	-	-	-	-	-
Historiar	-	-	-	-	-	-
Vontade de saber	-	-	-	-	-	-
Projeto Apoema	-	-	-	-	-	-
Piatã	-	-	-	-	-	-
Projeto Mosaico	-	-	-	-	-	-
Jornadas hist.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborada pelo autor a partir das coleções mencionadas.

Apesar de a guerra ameríndia ter sido uma realidade na experiência indígena, na História do Brasil, os seus complexos aspectos sociais na organização interna e exterior do *sócius* ameríndio estão ainda por serem mais bem apresentados. Trazer essa realidade para o presente significaria auxiliar os discentes na compreensão do significado da guerra, em diferentes contextos históricos, promovendo, assim, a interculturalidade e a intersubjetividade de grupos humanos diversos.

Considerações finais

Após a avaliação das coleções de livros didáticos de História, aprovadas aos professores e alunos dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), por meio da análise de conteúdo a partir das fichas de avaliação, e compreendendo o tema da guerra

ameríndia enquanto uma dimensão imprescindível da temática da história indígena é possível concluir que a temática da guerra ainda é um componente frágil no conjunto de todas as coleções aprovadas no PNLD 2017.

Trinta volumes dos cinquenta e seis aprovados não abordam nenhum tema relacionado à guerra ameríndia, concentrando essas ausências nos volumes iniciais e finais de cada coleção, 6º ano e 9º ano. Essa ausência é explicada, em parte, pela metodologia de organização dessas coleções, na qual todas optaram por uma organização cronológica de seus conteúdos. Essa organização, portanto, justifica que todos os volumes de 7º ano e nove volumes de 8º ano apresentem a temática da guerra ameríndia em algum momento dentro de seus volumes, pois nesses anos de ensino a História Colonial é abordada com maior ênfase. Entretanto, a qualidade, a forma e a densidade com que a temática da guerra ameríndia é abordada precisa de um maior grau de investimento por parte de autores (as), editores (as) e de docentes no uso dessas coleções.

Mesmo que na totalidade dos volumes com tópicos ou quadros dedicados, de forma exclusiva, a abordar as categorias selecionadas a temática da guerra ameríndia é tratada de forma breve. Essas abordagens superficiais não permitem ver muito além da existência dessas práticas guerreiras entre os indígenas no Brasil; e raramente propicia ao discente uma reflexão historicamente mais complexa de como se davam e qual era o significado da guerra entre os índios e não índios, inclusive, do amplo significado da guerra para os próprios indígenas envolvidos através da vingança e das diferentes formas de organização social desses grupos em torno da guerra, enquanto um dispositivo social diretamente relacionado aos rituais de antropofagia, à constituição das chefias e às suas formas de parentesco.

Apesar das limitações, é importante mencionar que há uma maior visibilidade da história indígena nos livros didáticos, mas quanto à temática da guerra ameríndia, ainda são raros, quase inexistentes, livros didáticos com uma linguagem escolar que se coadunem com as atuais pesquisas sobre esse importante aspecto da experiência indígena na história do Brasil. Por outro lado, a elaboração dos livros didáticos é parte constitutiva de um discurso histórico sob uma densa e complexa operação historiográfica, cujo lugar social de seus enunciadores (autor/autora, editor/editora) e “consumidores” (professores/professoras, discentes) apresentam e/ou demandam uma prática que se quer científica, em que o resultado final, o material didático enquanto um importante suporte de ensino e aprendizagem, não deve ser mais naturalizado.

Referências

Fontes

APOLINÁRIO, Maria. *Projeto Araribá: História*. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2014.

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. *Projeto Teláris: História*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2015.

BERUTTI, Flávio. *História para nosso tempo*. Curitiba: Editora Positivo, 2015.

BRAICK, Patrícia. *Estudar História: das origens do homem à era digital*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *PNLD 2017: História - Ensino fundamental anos finais / Ministério da Educação - Secretaria de Educação Básica - SEB - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. *Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2017*. Disponível em: file:///D:/Downloads/pnld_2017_edital_consolidado_10062015.pdf. Acesso em: 30 jun. 2018.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História, sociedade e cidadania*. 3. ed. São Paulo: FTD, 2015.

BUONO, Daniela. *História.doc*. São Paulo: Saraiva Educação, 2015.

CAMPOS, Flávio; CLARO, Regina. *História nos dias de hoje*. 2. ed. São Paulo: Editora Leya, 2015.

CERQUEIRA, Celia. *Integralis: História*. São Paulo: IBEP, 2015.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Historiar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Educação, 2015.

DIAS, Adriana; GRINBERG, Keila; PELLEGRIN, Marco. *Vontade de saber: História*. 3. ed. São Paulo: FTD, 2015.

MOCELLIN, Renato; CAMARGO, Rosiane. *Projeto Apoema: História*. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2015.

RIBEIRO, Vanise; ANASTACIA, Carla. *Piatã: História*. Curitiba: Editora Positivo, 2015.

VAZ, Maria Luisa; PANAZZO, Silvia. *Jornadas.hist.:* História. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2015.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, Bruno. *Projeto Mosaico: História*. São Paulo: Editora Scipione, 2015.

Bibliografia

ALMEIDA, Regina Celestino de. Anchieta e os índios em Iperoig: reflexões sobre suas relações a partir da noção de cultura histórica. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 29, n. ½, p. 109-119, 1998.

ALMEIDA, Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio De Janeiro: FGV, 2010.

BANIWA, Gersen. Educação indígena. In: BANIWA, Gersen. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília, DF: Museu Nacional, LACED, 2006. p. 129-171.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida (org.). *Povos indígenas & Educação*. Porto Alegre: Mediação, 2008.

BOCCARA, Guillaume. Poder colonial e etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os Mapuche da época colonial. *Revista Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, jul./dez, p. 67-83, 2007.

CAIME, Flávia Eloisa; MISTURA, Letícia. Análise de conteúdo e análise de discurso na pesquisa em ensino de História. In: ANDRADE, Juliana Alves; PEREIRA, Nilton Mullet (org.). *Ensino de História e suas práticas de pesquisa*. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2021. p. 153-167.

CALDEIRA, Jorge. *Viagem pela história do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CLASTRE, Pierre. *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. Prefácio de Bento Prado Jr. São Paulo: Editora Cosac & Naify, 2004.

CUNHA, Manuela Carneiro da; CESARINO, Pedro (org.). *Políticas culturais e povos indígenas*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

CUNHA, Manuela Carneiro da; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. *Jornal de la Société des Américanistes*, v. 71, n. 1, p. 191-208, 1985.

FAUSTO, Carlos. Da inimizade: forma e simbolismo da guerra indígena. In: NOVAES, Adauto (org.). *A Outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 251-282.

FERNANDES, Florestan. *Organização social dos Tupinambá*. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963 [1949].

FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. Prefácio de Roque de Barros Laraia. 3. ed. São Paulo: Globo, 2006 [1952].

Outros Tempos, vol. 19, n. 34, 2022, p. 356-376. ISSN: 1808-8031

GAMBINI, Roberto. *Espelho Índio: a formação da alma brasileira*. São Paulo; Axis Mundi; Terceiro Nome, 2000.

SILVA, Edson. O ensino de História indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na lei 11.645/2008. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 213-223, 2012.

SOUZA, Fábio Feltrin de; WITTMANN, Luisa Tombini (org.). *Protagonismo indígena na história*. Tubarão, SC: Copiart, 2016.

WHITEHEAD, Neil Lancelot. Carib Ethnic Soldiering in Venezuela, the Guianas, and the Antilles, 1492-1820. *Ethnohistory*, Texas, v. 37, n. 4, p. 357-385, 1990.

WITTMANN, Luisa Tombini (org.). *Ensino (d)e História indígena*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

ANEXO

FICHA DE AVALIAÇÃO – ANÁLISE DE CONTEÚDO

I – Identificação:

- Coleção (ano):

- Autor:

- Volume (ano):

II – Categorias de Conteúdo:

Categoria	Menciona	Como?	Citação/ Observação	Bibliografia
Guerra indígena	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
Antropofagia/Canibalismo	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
Iconografia (qual?)	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
Vingança	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
Rituais antropofágicos - <input type="checkbox"/> Matador/vítima - <input type="checkbox"/> Cativo/prisioneiro - <input type="checkbox"/> Cauim - <input type="checkbox"/> Outro	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
Parentesco: - <input type="checkbox"/> Casamento - <input type="checkbox"/> Chefia - <input type="checkbox"/> Conselho - <input type="checkbox"/> Mulheres - <input type="checkbox"/> Homens	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			